

ENSINO MÉDIO INTEGRADO: CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS

Erika Moreira Santos¹
Francinaide de Lima Silva Nascimento²

RESUMO

Neste artigo discutimos os aspectos diretamente relacionados à concepção de Ensino Médio Integrado construída por pesquisadores que se dedicam ao estudo das relações entre educação e trabalho. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada no levantamento de referenciais bibliográficos do campo da Educação Profissional, com o objetivo de revisitar as concepções apresentadas por eles e suas contribuições à compreensão do que caracteriza o Ensino Médio Integrado. A fundamentação teórica foi construída a partir da interlocução com obras de estudiosos dedicados ao tema, como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Moura (2007; 2013), Ramos (2007), entre outros. Eles serviram à construção de um referencial epistemológico necessário à compreensão da oferta de ensino em questão e os princípios nos quais ela está alicerçada. O ensino médio, etapa final da educação básica brasileira, desempenha um importante papel na formação da sociedade, uma vez que é durante essa fase que se prepara uma geração que, em pouco tempo, participará dela de forma determinante, ocupando espaços em diferentes esferas de atividades sociais e tomando decisões que causarão impactos nos rumos sociais. Nesse sentido, o Ensino Médio Integrado representa uma proposta de formação mais condizente com o desafio de superação das dificuldades que historicamente caracterizam o ensino médio no Brasil, marcado pela separação entre formação geral e formação profissional. O resultado deste estudo aponta para a defesa do Ensino Médio Integrado como uma oferta educacional alinhada com a proposta de uma formação humana integral.

Palavras-chave: Educação Profissional, Ensino Médio, Ensino Médio Integrado.

1. Introdução

O tema do ensino médio integrado está diretamente relacionado às concepções de mundo e, especificamente, de sociedade subjacentes às políticas educacionais brasileiras. Na verdade, toda a relação entre trabalho e educação depende das condições da sociedade brasileira, marcada pela divisão social do trabalho e pela apropriação da força do trabalho por parte dos que detém o capital. Dessa forma, podemos afirmar que existe uma importante relação entre a configuração do ensino médio integrado à educação profissional e os projetos societários que fundamentaram as decisões tomadas pelos políticos brasileiros ao longo da nossa história educacional. O que define a educação que se quer ofertar é o tipo de sociedade que se pretende

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Parnamirim. E-mail: erika.moreira@ifrn.edu.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), em Natal-RN. E-mail: francinaide.silva@ifrn.edu.br

construir, como afirma Ciavatta (2015) ao questionar a dicotomia característica dos projetos de sociedade em disputa:

[...] educar todos, toda a população com as deficiências e os agravantes de trabalho escravo e abandono social, gerados por quatro séculos de colonização e um século de República edificada sobre os valores vigentes, modernizados sob o incipiente capitalismo? Ou educar apenas a parcela da população afeita às humanidades, às letras e às artes, herdeira do patrimônio fundiário, social e político do país? Que educação dar para uns e para outros? (CIAVATTA, 2015, p.34)

Discutir a relação entre educação e trabalho é também refletir sobre os objetivos sociais que se pretendem alcançar com a educação. Se a meta é a construção de uma sociedade mais justa, que permita aos jovens de todas as classes construir as condições necessárias para sua emancipação, faz-se necessário estar em constante reflexão acerca da importância da relação entre educação e trabalho.

Desse modo, podemos afirmar, pela própria história do Ensino Médio Integrado e da educação básica como um todo, que este é um assunto, acima de tudo, político, uma vez que a forma como se pensa a educação depende diretamente do tipo de sociedade que se pretende construir e qual o papel dos jovens trabalhadores nesta construção. Frigotto (2010) afirma:

As indicações históricas nos levam a concluir que, para o projeto societário historicamente até aqui dominante de uma sociedade capitalista, mesmo em termos restritos, não há necessidade de universalização da educação básica de efetiva qualidade, mormente o ensino médio e, como consequência, a ênfase da formação técnico-profissional e tecnológica é de caráter restrito e de alcance limitado. (FRIGOTTO, 2010, p.29)

O autor também deixa claro que a história revela a falta de interesse em priorizar uma educação básica, o que inclui o ensino médio integrado, universal, pública e tecnológica; pelo contrário, houve mais esforços no sentido de contê-la em benefício da classe dominante. Após traçar um retrospecto histórico, o autor conclui que, infelizmente, houve uma “trajetória de interrupções de projetos societários que postulavam as reformas estruturais e os investimentos em educação, ciência e tecnologia”.

Neste artigo, objetiva-se caracterizar o Ensino Médio Integrado, entendendo-o em sua relação dialética com a sociedade. Para isso, apresentamos alguns dos conceitos relacionados a esse tipo de oferta do ensino médio no Brasil, além dos princípios básicos nos quais ela se fundamenta, partindo das reflexões desenvolvidas por alguns pesquisadores brasileiros que já versaram sobre o tema e deixaram importantes contribuições para sua compreensão.

Consideramos a relevância de levantar essa reflexão especialmente neste momento da história em que as contradições que marcam a relação entre educação e trabalho estão cada vez mais acentuadas, principalmente pelas consequências de políticas educacionais que desfavorecem o Ensino Médio Integrado.

Trata-se, portanto, de um estudo de revisão bibliográfica, que revisita concepções e princípios relacionados ao Ensino Médio Integrado, apreendidos a partir da análise de trabalhos de pesquisadores da área de educação e trabalho.

Para a consecução do nosso objetivo, dividimos o referencial teórico do presente trabalho em duas sessões, dedicadas a conceitos e princípios, respectivamente, que se complementam e apresentam noções importantes para a compreensão do que está por trás da proposta do Ensino Médio Integrado. Nesse sentido, as contribuições de autores como Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos, Dante Moura, Lucília Machado e Maria Ciavatta foram fundamentais para que pudéssemos construir um alicerce teórico necessário à discussão proposta.

2. Conceitos subjacentes ao Ensino Médio Integrado

Ramos (2007), analisando o panorama da educação brasileira a partir do período da redemocratização do país, na década de 1980, afirma que neste período começou a haver reivindicações por uma educação mais comprometida com a classe trabalhadora e também pela integração entre educação e trabalho. Com o advento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, iniciou-se uma busca mais forte por uma educação progressista, baseada inclusive em conceitos reconhecidamente fundamentais para o Ensino Médio Integrado, como os de escola unitária, de Gramsci (2001), e educação politécnica de Marx e Engels (1992).

A escola unitária, segundo Gramsci (2001) seria a solução para o problema da histórica dualidade educacional, que separa trabalho manual e trabalho intelectual; a formação propedêutica e formação intelectual. Tal dualidade, na verdade, tem um caráter ideológico, pois reflete a divisão real que existe na sociedade entre: de um lado, as funções de uma minoria privilegiada, que exerce a função de dirigentes; e de outro, as funções da maioria subalterna, que precisa se submeter às decisões tomadas pela elite. Lutar contra esta dualidade é, portanto, lutar por uma sociedade mais igualitária que concebe a educação como um direito de todos.

Na concepção de Gramsci (2001), existe uma importante e estreita ligação entre escola e trabalho e, conseqüentemente, entre formação geral e formação profissional. É nesse sentido

que ele apresenta a escola única como sendo a solução para a crise escolar; uma escola que concilie o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

Outro conceito muito importante para o ensino médio integrado é a educação politécnica, que representa a concepção de educação que se defende na formação integrada do ensino médio integrado ao técnico e está baseada na indissociabilidade entre educação geral e educação profissional.

A Politécnica, de acordo com Saviani (2003), ao contrário do que pode sugerir a etimologia da palavra, não significa o domínio de várias técnicas, mas sim uma educação que conduza o estudante à compreensão das bases científicas e tecnológicas que regem os processos produtivos, das relações sociais estabelecidas no mundo do trabalho e da relação entre a produção de conhecimento e o trabalho. Esse modelo de educação não combina com um projeto de sociedade mais comprometido com os interesses do capital do que com a emancipação da classe trabalhadora. Por isso, não há interesse do poder público em favorecer o desenvolvimento de uma educação politécnica, uma vez que isso comprometeria a extrema dependência entre sistema capitalista e a mera formação de mão de obra para atender às demandas do mercado de trabalho.

Segundo Moura (2007), o ensino médio integrado destina-se à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade circundante e o mundo do trabalho, criando condições para atuar neles com ética e competência, a ponto de poder transformar a sociedade na qual estão inseridos. Na visão desse autor, o ideal de formação para a etapa do ensino médio seria a educação politécnica, entendida como uma educação voltada para a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, cultura geral e cultura técnica. O ensino médio integrado é, portanto, uma alternativa para proporcionar aos jovens brasileiros uma educação que relaciona conhecimentos científicos aos objetivos da formação profissional, podendo ser considerado como “uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade”. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.43).

No entanto, o sistema educacional brasileiro tem sido marcado por uma dualidade histórica entre a educação básica e a educação profissional. A educação profissional, com uma característica mais instrumental, é direcionada para jovens das classes mais populares, os filhos da classe trabalhadora; já a educação básica, o ensino médio propedêutico, é voltada para a formação das elites, perpetuando a dicotomia entre formação profissional (exclusivamente para o mercado de trabalho) e formação acadêmica. Esta é uma divisão na estrutura social que se reflete na estruturação da educação brasileira. A integração dessas duas esferas de ofertas

educacionais é vista como a solução mais viável para superar a crise de identidade e de sentido que esta etapa da educação básica brasileira em experimentando. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o ensino médio integrado configura-se como uma excelente alternativa para integrar uma educação que inclui os conhecimentos científicos além dos objetivos adicionais da formação profissional:

A integração do Ensino Médio como ensino técnico é uma necessidade conjuntural – social e histórica – para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no Ensino Médio, visando à uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao Ensino Médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.45)

O Ensino Médio Integrado, a partir da perspectiva da educação politécnica, é entendido como uma proposta de integração de ciência, cultura, tecnologia e humanismo, com o objetivo de formar seres humanos em todas as suas potencialidades, garantindo o direito a uma educação completa que lhe permita uma atuação no mundo como cidadão integrado à sua sociedade. Dessa forma, não se reproduz na educação a separação histórica entre a ação de pensar e de executar, de dirigir ou planejar. Além disso, o ensino não se baseia na reprodução de conceitos encaixados em disciplinas distintas e separadas. Pelo contrário, é a relação entre as partes que confere significado ao processo de aprendizagem, permitindo ao aluno compreender a produção do conhecimento em seu caráter mais completo e real.

Numa situação ideal, a sociedade brasileira passaria por sérias mudanças em suas estruturas, possibilitando os avanços necessários para a constituição de uma educação politécnica, de acordo com a qual a formação humana deve ser *omnilateral*, ou seja, abranger todas as dimensões da vida: física, mental e tecnológica. É nesta última dimensão que se encontra o conceito de Politecnia, caracterizando-se como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno, a articulação entre o pensar e o realizar, a união entre educação e trabalho produtivo. Dessa forma, o ensino politécnico assume um caráter praticamente revolucionário, que pode potencializar as possibilidades de alteração da atual ordem que rege nossa sociedade.

Segundo Moura (2013), o ensino médio na perspectiva da Politecnia não é uma realidade, mas deve ser “um caminho a ser buscado gradativamente”. O autor resume esta busca da seguinte forma:

A construção do ensino médio politécnico ou tecnológico unitário e universal destinado à superação da dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual e entre cultura geral e cultura técnica sem, no entanto, voltar-se para a formação profissional *stricto sensu*. Dessa forma, a escolha por uma profissão, em nível universitário ou não, poderia vir após a conclusão da educação básica – a partir dos 18 anos de idade. (MOURA, 2013, p.146)

Tal superação é condição fundamental para que a formação profissional possa acompanhar as mudanças da base técnica da produção e possibilitar ao trabalhador a capacidade de produzir a sua própria sobrevivência, de forma digna e autônoma. Para tanto, torna-se necessário romper com o modelo de educação profissional baseado unicamente no ensino profissionalizante, voltado para a total obediência às demandas do mercado e do capital.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (2007) apresenta esta mesma concepção de educação, ao defender o currículo integrado:

A integração de conhecimentos no currículo depende de uma postura epistemológica, cada qual de seu lugar, mas construindo permanentemente relações com o outro. O professor de Química, de Matemática, de História, de Língua Portuguesa, etc pode tentar pensar em sua atuação não somente como professores da formação geral, mas também da formação profissional, desde que se conceba o processo de produção das respectivas áreas profissionais na perspectiva da totalidade. (BRASIL, 2007, p.53)

A integração é, assim, princípio fundamental para a construção de uma educação voltada não apenas para a preparação de mão-de-obra para atender às demandas do mercado, mas também, e principalmente, para a formação de sujeitos que enxergam o mundo em sua totalidade e querem estar preparados para agir no mundo à sua volta de maneira crítica.

Portanto, este é um tema de caráter não apenas educacional, mas acima de tudo político, já que está inserido num contexto de discussão acerca das concepções de mundo e de educação e também dos projetos de sociedade que orientam as escolhas dos nossos representantes políticos. Para estudar a história e a configuração do ensino médio integrado à educação profissional é importante considerar os projetos societários que fundamentaram as decisões tomadas pelos políticos brasileiros ao longo da nossa história educacional. Discutir a relação entre educação e trabalho é também refletir sobre os objetivos sociais que se pretende alcançar com a educação.

A partir dessa constatação, concebemos o ensino médio integrado como uma possibilidade de aproximação da Politecnia, uma vez que está orientado a romper com a

dualidade histórica da educação brasileira e proporcionar uma formação geral integrada a uma formação para o trabalho, considerando-o como princípio educativo.

A educação politécnica possibilita não só o acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade ao longo do tempo, mas também dá ao estudante opções de escolhas para a produção de sua sobrevivência por meio do trabalho. Na perspectiva da politécnica, o trabalho deve ser entendido como forma de produção e subsistência; ou seja, por meio do trabalho o ser humano modifica a natureza para obter os meios necessários para ganhar dinheiro e custear sua vida, mas não se deixa dominar por ele a ponto de não poder usufruir dos frutos que ele traz.

3. Princípios basilares do Ensino Médio Integrado

A proposta do ensino médio integrado e politécnico representa a fusão das dimensões de trabalho e educação e, por isso, faz-se necessário refletir sobre qual a concepção de trabalho que se adota na sociedade e na educação. Muito além de ser uma prática produtiva destinada à obtenção de meios de sustento no sistema capitalista, o trabalho deve ser compreendido no seu sentido ontológico, como uma ação pela qual o indivíduo age no mundo, modifica a realidade circundante e confere sentido à sua existência, é o que Gramsci (2001) chamou de trabalho como princípio educativo.

Compreender o conceito do trabalho como princípio educativo não é o mesmo de formar exclusivamente para o trabalho, mas significa que é por meio do trabalho que o sujeito age sobre a realidade social e material que o rodeia, tornando-se capaz de compreendê-la e transformá-la. Esse é o primeiro sentido que o trabalho assume na vida do indivíduo. Além disso, também existe o sentido do trabalho como prática econômica, já que é preciso produzir os meios de satisfazer as necessidades materiais.

Conceber o trabalho como princípio educativo no ensino médio pode trazer uma grande contribuição para a classe trabalhadora e seu papel na sociedade, uma vez que favorece a superação da visão reducionista do trabalho, segundo a qual se pode conviver naturalmente com a exploração da força de trabalho de muitos para o enriquecimento de poucos. Dessa forma, os jovens estariam sendo formados na perspectiva de compreender o trabalho não só como prática produtiva ou categoria econômica (o que também é importante), mas principalmente para entender as relações sociais subjacentes a todo o processo histórico da produção científica e tecnológica e a relação entre o conhecimento científico e a vida produtiva como um todo.

A partir da compreensão desse princípio, é possível pensar num projeto unitário de ensino médio que fosse capaz de superar a dualidade histórica entre formação básica e formação

profissional e que proporcionasse aos jovens as possibilidades de produzir seus meios de sobreviver e evoluir socialmente. Nesse sentido, pode-se pensar a superação daquele ensino enciclopédico vivenciado na grande maioria das escolas, responsável pela falta de sentido e identidade que marca o ensino médio brasileiro há tanto tempo. Encarar o trabalho como princípio educativo é condição fundamental para que o conhecimento científico ao qual os alunos têm acesso na escola possa ser visto na sua relação concreta com a realidade circundante em sua totalidade, conferindo significado ao processo de aprendizagem.

Para promover a integração das três dimensões fundamentais para a vida do homem, além da discussão em torno da concepção de trabalho, também se faz necessária uma reflexão acerca da concepção de ciência que deve orientar as práticas de ensino. A ciência deve ser entendida como o conjunto dos conhecimentos produzidos pelo homem ao longo da história com o intuito de entender e transformar os fenômenos naturais e sociais que o cercam. Além disso, também se deve levar em consideração que a concepção de cultura deve estar orientada para a produção de normas de conduta, valores e obras de um determinado grupo social e num determinado período de tempo.

Dessa forma, a organização do ensino médio integrando essas três dimensões da prática social permite o desenvolvimento de diferentes formações numa mesma base unitária, possibilitando o acesso dos estudantes a atividades ligadas tanto ao trabalho, como à ciência e à cultura, o que atenderia tanto às suas especificidades sociais e culturais, quanto à diversidade intelectual deles. Dependendo do seu perfil socioeconômico e das suas aptidões, os jovens poderiam desenvolver habilidades distintas e encontrar sentido em sua trajetória educacional, já que seria contemplado de alguma forma.

Para tanto, é preciso que as instituições de ensino estejam preparadas para discutir seu currículo a fim de encontrar a melhor forma de integrar os componentes técnicos, de iniciação científica e de cultura aos diversos conhecimentos. Não é suficiente simplesmente incluí-los no currículo, mas pensar na melhor maneira de promover a integração através de práticas pedagógicas que visem à formação integral dos educandos. Esse é o esforço necessário para promover a escola unitária, a qual contempla os interesses de estudantes de diferentes classes sociais, inclusive os da classe trabalhadora, que não são muito favorecidos pelo modelo atual de ensino médio na educação brasileira.

A defesa do ensino médio integrado justifica-se pelo fator de ele ser, como já foi afirmado anteriormente, uma boa alternativa de superação da dualidade entre formação básica e formação profissional tão característica da educação brasileira e por ser a melhor forma de proporcionar, principalmente aos jovens oriundos da classe trabalhadora, uma formação

profissional que lhes permita sua inserção na vida produtiva, mas de maneira crítica, estruturada e digna, já que não se pode negar a necessidade urgente que eles tem de começar a trabalhar antes mesmo de iniciar seu ensino superior.

O ensino médio integrado à educação profissional certamente é mais condizente com a formação omnilateral e está pautado em princípios e concepções coerentes com um projeto de sociedade voltado para uma educação libertadora, como o trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade entre trabalho, ciência e cultura. Essa modalidade tem, portanto, a capacidade de proporcionar ao estudante as condições para alcançar a necessária profissionalização. Reconhecemos que o ideal seria ter um ensino médio unitário e politécnico, entretanto sabemos que isso só seria possível se houvesse uma ruptura significativa com a conjuntura social em que vivemos.

Ratifica-se, dessa forma, que o ensino médio integrado à educação profissional representa um caminho para a construção desse modelo de educação. No entanto, faz-se necessário refletir sobre como é possível materializar esta proposta de integração, o que nos leva inevitavelmente à necessidade de repensar a organização curricular das nossas instituições. É dessa relação entre o modelo de educação que se pretende implementar e os meios pelos quais é possível concretizá-lo que nos deparamos com um conceito muito valioso para o ensino médio integrado: o currículo integrado.

A essência da proposta de um currículo integrado considera as múltiplas dimensões do ser humano, contrariando qualquer visão unilateral que o restringe apenas à dimensão do cognitivo ou do manufactureiro. O currículo integrado representa uma possibilidade de ofertar um ensino de mais qualidade, que se compromete com a formação crítica dos estudantes, preparando-os não só para compreender o mundo à sua volta, mas também para estar mais apto transformar a realidade que lhe circunda, pois deve objetivar a formação omnilateral dos sujeitos, integrando trabalho, ciência, tecnologia e cultura e expressa uma concepção de formação humana baseada na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo.

No entanto, o que parece estar muito bem definido na teoria, na prática enfrenta várias dificuldades para ser implementado. O Documento Base da Educação Profissional Integrada à Educação Básica (2007) afirma que em um currículo integrado os conceitos devem ser trabalhados a partir das relações com a totalidade, ou seja, com a realidade que se pretende explicar. Portanto, deve haver um esforço institucional para que o currículo seja condizente com as finalidades do curso em questão.

Essa concepção integrada do currículo, que precisa da integração também das pessoas envolvidas no processo de ensino, é um dos principais entraves apresentados pelos autores que

já se debruçaram sobre a relação entre educação profissional e currículo integrado, além da relação entre os professores da área geral e da área técnica e da falta de formação docente para neste âmbito. Henrique e Nascimento (2015) propõem a seguinte questão: pode-se pensar em integração quando a matriz curricular tem por estrutura disciplinas e nunca eixos temáticos, temas geradores ou núcleos de problematização?

Neste mesmo sentido, Moura (2007) afirma:

O currículo precisa ser materializado em um projeto político-pedagógico, do qual devem derivar tantos planos de cursos quantas forem as ofertas educacionais proporcionadas pela instituição. E, como forma de contemplar nos planos de cursos os princípios citados anteriormente, faz-se necessário que a matriz curricular expresse uma organização que possibilite uma base sólida de conhecimentos científicos e tecnológicos. (MOURA, 2007, p.26)

Podemos perceber que o interesse por implementar o currículo integrado deve partir do início de tudo, desde o Projeto Político Pedagógico da instituição até o programa do curso, para que a integração ocorra de fato e não fique restrita apenas a iniciativas de alguns professores em atividades isoladas.

Uma reflexão séria sobre a forma como o currículo vem sendo concebido pelas instituições escolares é fundamental para que se possa de fato pôr em prática a interdisciplinaridade. Caso contrário, até podem ser realizadas atividades pedagógicas com a iniciativa de serem interdisciplinares, mas vão apenas relacionar conceitos de disciplinas diferentes ou teoria e prática de uma mesma área, sem promover uma verdadeira integração entre os saberes.

4. Considerações Finais

O conflito antigo da nossa educação, que confronta a formação para o saber e a formação para o executar, dificulta a concretização do ideal da formação humana integral. Uma das consequências dessa dicotomia é que a educação profissional assume um caráter puramente tecnicista, destinada à produção de mão-de-obra para atender as demandas do mercado de trabalho.

A dualidade do nosso sistema educacional, na verdade, reproduz a dualidade social, ou seja, a fragmentação educacional representa a fragmentação social, por isso existem modelos distintos de educação para atender aos interesses das diferentes classes sociais.

Neste trabalho, assumiu-se uma concepção de educação profissional como uma esfera indissociável da educação básica, o que faz do Ensino Médio Integrado a melhor alternativa de superação da dualidade entre formação básica e formação profissional e uma forma de proporcionar, principalmente aos jovens oriundos da classe trabalhadora, uma formação profissional que lhes permita sua inserção na vida produtiva, mas de maneira crítica, estruturada e digna, já que não se pode negar a necessidade urgente que eles tem de começar a trabalhar antes mesmo de iniciar seu ensino superior.

Buscou-se o aprofundamento de aspectos subjacentes ao ensino médio integrado, a fim de proporcionar uma maior compreensão das suas categorias fundantes e ratificar a sua importância para a educação básica brasileira. Apresentamos princípios e concepções sobre os quais está ancorado o Ensino Médio Integrado, com o intuito de caracterizar bem a formação técnica de nível médio na sua forma de articulação integrada ao ensino médio, visando à compreensão das especificidades deste tipo de oferta.

Ao promover essa discussão, acredita-se que se evidencia a relevância do Ensino Médio Integrado para a formação humana integral. Como foi dito, a concepção adotada aqui está ancorada na interrelação entre os três pilares do Ensino Médio Integrado: a integração entre educação básica e educação profissional, a formação omnilateral dos sujeitos e a totalidade composta pela articulação entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos.

Com base nesse tripé, acreditamos que a proposta de ensino proporcionada pelo Ensino Médio Integrado pode ir além do pedagógico e alcançar a formação política dos estudantes, favorecendo não apenas sua inserção no mundo do trabalho, mas também sua atuação na sociedade como um cidadão capaz de atuar nela de modo crítico, autônomo e responsável.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 22 ago. 2018.

BRASIL. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Documento base. Brasília: MEC/SETEC, 2007.

ClAVATTA, Maria. A historicidade da pesquisa em Educação Profissional: questões teórico-metodológicas. In: **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. p. 32-53.

ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/>.

ClAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São. Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. In: MOLL, Jaqueline (Org). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, volume 2; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento e NASCIMENTO, José Mateus. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **Holos**. Ano 31, vol. 4, 2015, p. 123-148.

MACHADO, Lucília Regina. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

MOURA, Dante. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, 2007, Vol.23(2), pp.4-30

MOURA, Dante. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**: revista da faculdade de educação da USP, São Paulo, v. 39, n. 3, p.705-720, jul./set. 2013. Trimestral.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado à educação profissional**. Natal: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.131-152, mar. 2003. Quadrimestral.